

TERMO DE CONTRATO Nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO]

PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO]/[ANO]

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SD-ADM-[ANO]/[NÚMERO]

EMENTA: CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AERONÁUTICO QUE ENTRE SI CELEBRAM A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. E A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA].

A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.736.102/0001-10, situada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130, representada por seu Presidente, o Sr. JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, por seu Diretor de Administração, o Sr. CARLOS ROBERTO SANTOS, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, e por seu Diretor de Serviços, MARCELO MORAES DE OLIVEIRA, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [NÚMERO], estabelecida na [ENDEREÇO DA CONTRATADA], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. [NOME COMPLETO], CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo [ÓRGÃO EMISSOR], conforme Processo Administrativo de Licitação nº SD-ADM-[ANO]/[NÚMERO], com fundamento no art. 68 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de seguradora autorizada pela SUSEP para a emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil aeronáutico perante terceiros destinada à cobertura dos riscos inerentes à prestação de serviços de navegação aérea desenvolvidos pela NAV Brasil, conforme condições, especificações, quantitativos e prazos estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento; e

1.2. O Limite Máximo de Indenização (LMI) da apólice objeto da presente contratação é de US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares norte-americanos).

1.3. Para fins da presente contratação, o objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos da legislação aplicável.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente da CONTRATANTE e sejam atendidas as seguintes condições:

2.1.1. A FISCALIZAÇÃO ateste a regularidade da CONTRATADA na execução do objeto durante a vigência contratual; e

2.1.2. A FISCALIZAÇÃO ateste que a prorrogação do prazo de vigência contratual é a opção mais vantajosa ante a realização de nova contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados para a Administração Central da NAV Brasil, localizada no endereço indicado a seguir, com observância das condições e prazos estabelecidos neste Instrumento e no Termo de Referência:

3.1.1. NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A. Endereço: Avenida General Justo, nº 160 - Rio de Janeiro/RJ, Centro - CEP 20.021-130.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor a ser pago, a título de prêmio, em parcela única, é de US\$ [VALOR EM ALGARISMOS ARÁBICOS] (VALOR POR EXTENSO) para o prazo de 12 (doze) meses;

4.2. Para fins de pagamento o valor do prêmio será convertido em reais (R\$) mediante aplicação da PTAX de compra de dólares norte-americanos que é divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil ([Cotações e boletins](#));

4.2.1. A PTAX a ser utilizada para a conversão do valor do prêmio em reais (R\$) será a do fechamento do dia do recebimento da nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

4.3. Nos referidos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos ou impostos, encargos fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos orçamentários a serem utilizados para o custeio das despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da CONTRATANTE e encontram-se previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da NAV Brasil para o Exercício de 2026 e subsequentes, disponíveis na seguinte rubrica:

5.1.1. Conta Contábil: 311.07.028-7 (Seguros em Geral);

5.1.2. Dependência: 001 (Administração Central); e

5.1.3. Centros de Custo: 20.123-0 (Gerência de Finanças e Contabilidade).

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. A contratação será executada pelo regime de empreitada por preço global;

6.2. Assinado este Termo de Contrato, a CONTRATADA deverá emitir, em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura deste Instrumento, Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente, onde irá declarar que a apólice de seguro se encontra em processo de emissão, assegurando, de modo expresse, inequívoco e vinculante, a vigência imediata da cobertura securitária nas mesmas bases essenciais da contratação, até a emissão da apólice definitiva, sem solução de continuidade;

6.3. A apólice definitiva deverá ser emitida em até, no máximo, 30 (trinta) dias úteis a contar da emissão da ordem bancária para pagamento, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice;

6.3.1. Uma via original da apólice deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO.

6.4. A apólice definitiva deverá vir acompanhada do endereço, nº de telefone, correio eletrônico, nome da pessoa de contato, bem como os dados do responsável pela área de sinistro da CONTRATADA;

6.5. Deverá ser prevista cobertura adicional para despesas de contenção e salvamento previstas no art. 67 da Lei nº 15.040/2024, com limite específico correspondente a 5% (cinco por cento) do Limite Máximo de Indenização (LMI), conforme previsto no Termo de Referência, parte integrante deste Termo de Contrato; e

6.6. O limite de franquia dedutível para danos materiais (danos físicos à propriedade), exceto os decorrentes de operações de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) é de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares norte-americanos), conforme previsto no Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento.



7. CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento do prêmio será realizado em parcela única;
- 7.2. O pagamento será realizado somente após a apresentação, pela CONTRATADA, da Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente de que trata a subcláusula 6.2 deste Instrumento;
- 7.3. Em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega da Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente, verificada a aderência do documento, a FISCALIZAÇÃO deverá autorizar a CONTRATADA a emitir o documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio;
- 7.3.1. O documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio deve ser encaminhado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos em relação à data de vencimento.
- 7.4. Caso a Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente não esteja aderente às condições previstas neste Instrumento e/ou no Termo de Referência, a FISCALIZAÇÃO fixará o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para que a CONTRATADA promova as correções necessárias;
- 7.5. Apresentada a nova Declaração de Cobertura (*Cover Note*) ou documento equivalente pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para autorizar a emissão do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio;
- 7.6. Após a autorização da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá emitir o documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio, devendo encaminhá-lo à CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos em relação à data de vencimento;
- 7.7. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;
- 7.7.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 7.8. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio devidamente atestado pela FISCALIZAÇÃO, por meio de Termo de Recebimento Definitivo, desde que observadas as condições contratuais e a regularidade da documentação exigida;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

- 7.8.1. O documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio deve ser emitido de acordo com as exigências formais indicadas no Termo de Referência.
- 7.9. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio, bem como qualquer inconformidade na documentação comprobatória do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio será motivadamente recusado e devolvido pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA para que esta providencie as medidas saneadoras, sendo que nessa hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação e nova apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 7.10. No ato do pagamento, poderão ser realizadas eventuais retenções, com repasse ao respectivo órgão arrecadador, de quaisquer tributos ou contribuições determinadas por legislação específica, reservando-se a CONTRATANTE o direito de efetuar ou não tais retenções nos casos em que for facultativo;
- 7.11. A CONTRATANTE poderá, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela CONTRATADA, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos, conforme inciso XV, do art. 72 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC;
- 7.12. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- 7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e
- 7.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, situação em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula estipulada no item 14.9 do Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento.



8. CLÁUSULA OITAVA – DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE E DO VALOR DO PRÊMIO

8.1. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência deste Instrumento, com a consequente renovação da apólice para período subsequente, o valor do prêmio correspondente ao novo período de cobertura será objeto de negociação entre as partes, observada a compatibilidade com preços de mercado e mediante comprovação de vantajosidade não se aplicando mecanismo de reajuste por índice geral de preços; e

8.2. Eventual alteração do valor do prêmio em caso de prorrogação do prazo de vigência deste Instrumento e renovação da apólice deverá ser precedida de justificativa técnico-econômica detalhada, baseada, no mínimo, nas condições do mercado segurador e ressegurador, na sinistralidade do período, no perfil de risco atualizado da CONTRATANTE, na variação das condições de colocação do risco e na demonstração da vantajosidade da renovação para a Administração, devendo observar, em qualquer caso, os limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da assinatura deste Instrumento, garantia de execução do objeto contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 70, § 1º, da Lei nº 13.303/2016: (i) caução em dinheiro; (ii) fiança bancária; ou (iii) seguro-garantia;

9.1.1. É vedada a constituição da garantia por meio de instrumento securitário emitido pela própria CONTRATADA (autosseguro); e

9.1.2. No caso de fiança bancária, o fiador deve expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil, sob pena de rejeição pela CONTRATANTE.

9.2. A garantia deverá permanecer vigente durante toda a execução contratual, inclusive quanto a eventuais renovações da apólice, até a plena extinção das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

9.3. A garantia poderá ser executada, no todo ou em parte, para cobertura de multas, indenizações, perdas e danos e demais valores devidos pela CONTRATADA em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais assumidas, como consequência do correspondente processo de apuração da irregularidade cometida;

9.4. Na hipótese de utilização total ou parcial da garantia, inclusive por execução, retenção ou desconto, a CONTRATADA deverá proceder à sua recomposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir de sua ciência formal, mediante notificação da CONTRATANTE; e



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

9.5. A garantia de que trata esta Cláusula não substitui, limita ou modifica, de qualquer modo, a obrigação principal da CONTRATADA de processar, regular e liquidar os sinistros cobertos nos termos da apólice e da legislação aplicável; e

9.6. Ressalvados os casos previstos nesta Cláusula e no respectivo Termo de Referência, a garantia será liberada após a plena extinção das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, confirmada pela CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não se aplica à presente contratação a figura da subcontratação, por se tratar de contrato de seguro cuja execução compete diretamente à seguradora contratada, abrangendo a emissão da apólice, a assunção do risco, a gestão da cobertura, a regulação e a liquidação de sinistros, permanecendo tais obrigações sob sua responsabilidade integral.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA encontram-se previstas no respectivo Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato;

11.2. Cumpre à CONTRATADA, sem prejuízo das obrigações previstas no Termo de Referência, o seguinte:

11.2.1. Emitir a apólice e, quando cabíveis, os respectivos endossos, em estrita conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e a regulamentação aplicável;

11.2.2. Cumprir todas as disposições previstas no presente Termo de Referência, no Contrato, na apólice emitida, bem como todas as obrigações previstas na legislação e na normatização específica;

11.2.3. Designar canal de atendimento e representantes técnicos aptos a interagir com a NAV Brasil, bem como demais agentes legitimamente envolvidos na execução contratual, especialmente nos procedimentos de gestão da apólice, regulação e liquidação de sinistros;

11.2.4. Receber, registrar e processar os avisos de sinistro com tempestividade, transparência e rastreabilidade, informando à NAV Brasil, sem demora indevida, os documentos e providências necessários à regulação;

11.2.5. Proceder à regulação e liquidação dos sinistros cobertos nos prazos previstos, observada a regulamentação aplicável e o dever de boa-fé objetiva;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

- 11.2.6. Arcar, nos termos da apólice, com indenizações, custas, honorários, despesas de defesa e demais encargos vinculados a sinistros cobertos, até os limites contratados;
- 11.2.7. Designar preposto como responsável pelo contrato, para participar de eventuais reuniões e acompanhar a execução do contrato;
- 11.2.8. Apresentar justificativa formal e fundamentada em caso de negativa de cobertura, total ou parcial, vedadas recusas genéricas, padronizadas ou dissociadas da redação efetivamente contratada;
- 11.2.9. Comunicar previamente à NAV Brasil qualquer circunstância relevante que possa afetar a estabilidade da cobertura, a estrutura de resseguro, a execução contratual ou o atendimento de sinistros;
- 11.2.10. Manter, durante a vigência do presente Instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e qualificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de regularidade jurídica e fiscal, conforme art. 69, inciso IX da Lei nº 13.303/2016;
- 11.2.11. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Contrato, no Termo de Referência, no Edital de licitação e na apólice;
- 11.2.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, as prestações objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações constantes do Termo de Referência; e
- 11.2.13. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações ou documentos impressos e digitalizados, de interesse para a execução dos serviços que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.
- 11.3. Se a CONTRATANTE relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações;
- 11.4. Cumpre à CONTRATANTE, sem prejuízo das obrigações previstas no Termo de Referência, o seguinte:
- 11.4.1. Efetuar o pagamento do prêmio do seguro, na forma e prazos estabelecidos, desde que observadas as condições pactuadas;
- 11.4.2. Fornecer à CONTRATADA, em tempo oportuno, as informações e documentos disponíveis que sejam necessários à adequada formalização da apólice, à regulação de sinistros e à atualização do risco segurado;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

11.4.3. Comunicar à CONTRATADA, por intermédio dos canais definidos contratualmente, a ocorrência de fatos ou eventos potencialmente cobertos pela apólice, tão logo deles tenha ciência, observados os fluxos internos da NAV Brasil;

11.4.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA pela via mais rápida ao seu alcance, sem prejuízo da comunicação escrita, a ocorrência de sinistro(s);

11.4.5. Comunicar à CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de seu recebimento, qualquer citação, carta ou documento que receber e que se relacione com sinistro coberto pelo contrato de seguro; e

11.4.6. Indicar unidade responsável pela interlocução institucional com a CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A FISCALIZAÇÃO representará a CONTRATANTE, com a sua constituição definida em ato administrativo específico e com atribuições definidas no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato;

12.2. Além das atribuições definidas no Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato, deverá a FISCALIZAÇÃO:

12.2.1. Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, acompanhando a execução do Contrato pela CONTRATADA;

12.2.2. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo após atestar a regularidade do documento de cobrança (nota fiscal, fatura, nota de seguro ou documento equivalente) do prêmio;

12.2.3. Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas, dentre as quais:

12.2.3.1. A emissão tempestiva da apólice e de seus endossos;

12.2.3.2. O atendimento das demandas da NAV Brasil;

12.2.3.3. A condução da regulação de sinistros;

12.2.3.4. O cumprimento de prazos contratuais; e

12.2.3.5. A manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

- 12.2.4. Propor, observado o presente Instrumento contratual e o Termo de Referência, cominação(es) à CONTRATADA, dando-lhe ciência do ato, por escrito, e comunicar ao setor de contratos da CONTRATANTE para que adote as providências cabíveis;
- 12.2.5. Realizar, periodicamente, pesquisa, verificação e relatórios de avaliação e acompanhamento da CONTRATADA; e
- 12.2.6. Verificar, mensalmente, a documentação de regularidade fiscal da CONTRATADA, mediante consulta ao SICAF, podendo ainda consultar por meio eletrônico (internet) a real situação da CONTRATADA.
- 12.3. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrição de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos e informações julgadas necessárias, relacionados com os serviços contratados;
- 12.4. A CONTRATADA declara, neste ato, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação, análise de desempenho e controle adotados pela FISCALIZAÇÃO, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que a FISCALIZAÇÃO solicitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;
- 12.5. A FISCALIZAÇÃO de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou dano, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016;
- 12.6. A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários da CONTRATADA eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente da CONTRATANTE para as providências cabíveis; e
- 12.7. A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto aceito pela CONTRATANTE para representá-la durante a execução deste Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A inexecução do Contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na prestação dos serviços objeto deste Instrumento ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da rescisão unilateral deste Termo de Contrato, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

13.1.1. Advertência por escrito quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas, no entender da FISCALIZAÇÃO, faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a prestação de serviço contratada;

13.1.2. Multa:

- a) Moratória, de 0,1% a 0,2% por dia sobre o valor do prêmio, em caso de atraso injustificado na emissão da apólice, de endosso ou no cumprimento de obrigação contratual com prazo certo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos; e
- b) Compensatória, de até 15% do valor do prêmio, pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo da indenização por perdas e danos.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no Termo de Referência, bem como naquelas elencadas no art. 84 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil – RILC; e

13.1.4. O atraso na execução dos serviços superior a 15 (quinze) dias poderá configurar, a critério da FISCALIZAÇÃO, hipótese de rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo da aplicação de multa moratória convertida em compensatória, referida nas alíneas “a” e “b” da subcláusula 14.1.2 deste Instrumento.

13.2. A CONTRATADA poderá responder por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato, independentemente de culpa ou dolo, não excluída ou reduzida essa responsabilidade em virtude da presença da FISCALIZAÇÃO ou pelo acompanhamento da execução pela CONTRATANTE;

13.2.1. As perdas e danos serão apuradas em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

13.3. Sem prejuízo do disposto no Termo de Referência e na Lei nº 13.303/2016, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na subcláusula 14.1 nas hipóteses previstas no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC;

13.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto entre si ou com outras penalidades aqui previstas;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

13.5. As sanções previstas nas subcláusulas 14.1.1 e 14.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a multa, em consonância ao § 2º, do art. 83 da Lei nº 13.303/2016;

13.6. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação correspondente, para apresentar defesa prévia;

13.6.1. Da decisão da autoridade sobre a aplicação da cominação caberá recurso sem efeito suspensivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;

13.6.2. A autoridade competente da CONTRATANTE decidirá pela procedência ou não do recurso, devendo a decisão ser comunicada expressamente à CONTRATADA; e

13.6.3. A autoridade competente da CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decidir sobre o recurso contados a partir da sua interposição, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.

13.7. O somatório de todas as penalidades aplicadas, em razão da subcláusula 14.1.2 acima, estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global deste Contrato durante toda a vigência contratual;

13.8. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do primeiro pagamento que a CONTRATADA fizer jus;

13.9. Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido da garantia contratual ou cobrado por meio do competente processo judicial;

13.10. As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

13.11. A aplicação das sanções administrativas de que trata esta Cláusula será precedida do correspondente processo administrativo de apuração de irregularidades no qual será assegurado à CONTRATADA, em qualquer hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa; e

13.12. Aplicam-se as demais disposições relativas às sanções administrativas previstas no respectivo Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento.



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATANTE, que poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

14.1.1. Alterações unilaterais do escopo da cobertura determinadas pela Administração, com impacto comprovado sobre o prêmio; e

14.1.2. Demora imputável exclusivamente à CONTRATANTE no fornecimento de informações essenciais para emissão de apólice, endosso ou regulação de sinistro.

14.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATADA, que não poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

14.2.1. Erro de subscrição, erro de precificação ou insuficiência de avaliação do risco ordinariamente cognoscível no momento da proposta;

14.2.2. Demora injustificada na emissão da apólice, de endossos ou na condução da regulação de sinistros;

14.2.3. Negativa indevida de cobertura; e

14.2.4. Falhas de comunicação, de atendimento, de governança interna ou de articulação com resseguradores e prestadores que comprometam a execução do contrato.

14.3. Além dos riscos previstos no presente Instrumento, constituem riscos suportados pelas partes aqueles previstos no Termo de Referência, em especial as disposições contidas no seu Anexo IX – Matriz de Riscos, parte integrante do presente Contrato;

14.4. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos e neste Instrumento, como de responsabilidade da CONTRATADA;

14.5. A materialização dos riscos mencionados na subcláusula 14.1. deverão ser alegados oportunamente pela CONTRATADA, mediante requerimento formal e motivado dirigido à FISCALIZAÇÃO;

14.6. Não serão consideradas as alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e não aceitas pela FISCALIZAÇÃO nas épocas oportunas; e

14.7. A CONTRATADA declara neste ato:

14.7.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos neste Contrato; e

14.7.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e na assinatura do presente Contrato.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 15.1. A CONTRATADA adotará critérios de sustentabilidade ambiental na administração dos recursos materiais e humanos relacionados à prestação dos serviços objeto do presente Contrato e observará as orientações pertinentes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU), no que for aplicável ao caso concreto; e
- 15.2. Demais critérios de sustentabilidade a serem observados pela CONTRATADA encontram-se previstos no Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. A CONTRATADA, por si e por seus dirigentes, prepostos e empregados, se compromete a manter sigilo e confidencialidade absolutas sobre as atividades decorrentes da execução do objeto do presente Contrato e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste Contrato, no que se refere à não divulgação integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa;
- 16.2. As obrigações acima referidas contemplam toda e qualquer informação da CONTRATANTE e de seus dirigentes, prepostos e empregados, dados, processos, informações, documentos, materiais, ou quaisquer outros;
- 16.2.1. Ressalta-se que, seja qual for o meio ou suporte através do qual seja materializada ou compartilhada, escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicações internos como reuniões etc., abrangendo, ainda, as protegidas por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços etc., no campo dos contratos de trabalho, dos serviços públicos ou de quaisquer outros em que atue a CONTRATANTE, comercial, empresarial, profissional, industrial, de segredo de justiça e qualquer outro.
- 16.3. A CONTRATADA deverá providenciar, no ato da assinatura do presente Instrumento, a do “Termo de Confidencialidade e Sigilo” anexo pelos seus representantes legais, conforme previsto no Anexo VI do Termo de Referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 17.1. A CONTRATADA se compromete a cumprir as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mantendo a devida confidencialidade no trato e na guarda dos dados pessoais eventualmente fornecidos durante a execução contratual;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

17.1.1. Os dados obtidos pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames da LGPD.

17.2. A CONTRATADA deverá providenciar, no ato da assinatura do presente Instrumento, a do “Termo de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais – LGPD” anexo pelos seus representantes legais, conforme previsto no Anexo V do Termo de Referência,

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE

18.1. As Partes declaram conhecer e se comprometem a cumprir, integralmente, as normas de prevenção à corrupção e toda legislação aplicável contra atos lesivos à Administração Pública, inclusive, mas sem limitar, a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 11.129/2022, assim como, no que couber, o Código de Ética, Conduta e Integridade, e a Política de Transações com Partes Relacionadas da CONTRATANTE, disponíveis em sua página oficial na Internet;

18.1.1. Sem prejuízo do disposto na subcláusula 17.1, é dever das Partes, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a) não insinuar, prometer, solicitar, oferecer, aceitar, pagar ou receber suborno, propina ou qualquer vantagem indevida, a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) adotar práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro pelos sócios que atuem em seu nome, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;
- c) manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos;
- d) abster-se da prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, bem como contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os dispostos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção); e



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

e) diligenciar seus prepostos e colaboradores para o cumprimento das determinações desta cláusula.

18.2. As Partes declaram conhecer e se comprometem a cumprir, no bojo da presente contratação, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Contratante, disponível em sua página oficial na Internet, observadas, especialmente, mas sem limitar, as diretrizes e vedações nela expressas;

18.2.1. Compete à Contratada ratificar o conhecimento e a adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da CONTRATANTE, nos termos da “Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil – Pessoa Jurídica” anexa, conforme previsto no Anexo IV do Termo de Referência, submetendo-se à verificação, da CONTRATANTE, a qualquer tempo, hipótese em que deverá apresentar esclarecimentos e/ou documentos que porventura lhe sejam solicitados.

18.3. A comprovada violação desta Cláusula poderá ser passível de aplicação de sanções cabíveis e/ou de rescisão unilateral, independente de ônus ou penalidade, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, respondendo a Parte que cometer a infração, ainda, por eventuais perdas e danos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO E DA RESILIÇÃO

19.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações, parte integrante do presente Instrumento, e na regulamentação aplicável, nas seguintes condições:

19.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando da inexecução total ou parcial deste Contrato, nas hipóteses do art. 89, incisos I a XII do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC, sem prejuízo de outras sanções.

19.2. Constituem motivos para rescisão deste Contrato pela CONTRATADA:

19.2.1. O inadimplemento, pela CONTRATANTE, da obrigação de pagamento do prêmio, observadas a legislação securitária aplicável, as condições da apólice e demais disposições deste Contrato; e

19.2.2. A superveniência de ato ou fato imputável à CONTRATANTE que inviabilize, de modo comprovado, a manutenção regular da cobertura securitária contratada.

19.3. A rescisão do Contrato, por qualquer motivo, não prejudicará a regulação, a liquidação e o pagamento de indenizações securitárias relativas a sinistros decorrentes de fatos geradores ocorridos durante o período de vigência da cobertura, observados os limites máximos de indenização, franquias, exclusões e demais condições da apólice;



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

19.4. Na hipótese de rescisão motivada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá executar, total ou parcialmente, a garantia de execução contratual para fins de pagamento de multas, prejuízos e despesas diretamente decorrentes do inadimplemento, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos excedentes e da adoção das medidas contratuais, administrativas e judiciais cabíveis;

19.5. A aplicação de quaisquer das hipóteses de rescisão pela CONTRATANTE previstas nesta Cláusula realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento e os prazos previstos na subcláusula 14.6 deste Termo de Contrato, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e

19.6. O presente Termo de Contrato poderá ser resiliado por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, a qualquer tempo, mediante distrato, desde que a outra parte seja notificada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e que a FISCALIZAÇÃO se manifeste no sentido de que não há motivo impeditivo para a resilição, relacionado ao eventual cumprimento irregular das cláusulas do Contrato, que possa ensejar aplicação de penalidades ou mesmo rescisão unilateral do Contrato.

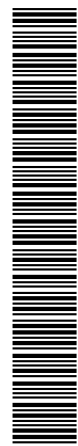
19.6.1. O distrato disporá sobre os efeitos financeiros da resilição, inclusive quanto ao prêmio de seguro, observada a legislação aplicável, o clausulado da apólice e a efetiva extensão temporal da cobertura securitária;

19.6.2. A resilição do Contrato não afastará a regulação, a liquidação e o pagamento de indenizações relativas a sinistros decorrentes de fatos geradores ocorridos durante o período de vigência da cobertura, observadas as condições, limites, franquias e exclusões da apólice; e

19.6.3. A formalização do distrato não importará quitação automática de obrigações anteriormente constituídas entre as partes, salvo disposição expressa em sentido diverso no respectivo instrumento.

19.7. A rescisão ou resilição deste Contrato, por qualquer motivo, ensejará a adoção das providências necessárias à formalização do cancelamento, rescisão ou redução, total ou parcial, da apólice, conforme o caso, mediante emissão de endosso, distrato securitário ou instrumento equivalente, observadas a legislação securitária aplicável, a regulamentação da SUSEP, o Termo de Referência e as disposições deste Instrumento;

19.7.1. O cancelamento, a rescisão ou a redução, total ou parcial, da apólice produzirá efeitos apenas prospectivos, a partir da data expressamente indicada no respectivo endosso ou instrumento equivalente, vedada a supressão retroativa de cobertura regularmente vigente; e



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

19.7.2. A rescisão ou resilição do Contrato e o consequente cancelamento, rescisão ou redução, total ou parcial, da apólice não prejudicarão a regulação, a liquidação e o pagamento de indenizações securitárias relativas a sinistros decorrentes de fatos geradores ocorridos durante o período de vigência da cobertura, ainda que reclamados, comunicados ou regulados posteriormente.

19.8. A rescisão ou resilição deste Contrato, por qualquer motivo, implicará a restituição ou retenção do prêmio, observado o critério *pro rata temporis*, calculado com base na razão entre o número de dias de cobertura efetivamente transcorridos e o número total de dias originalmente previstos para a vigência da apólice;

19.8.1. Para os fins da subcláusula anterior, a CONTRATADA somente poderá reter a parcela do prêmio correspondente ao período em que a cobertura securitária permaneceu efetivamente vigente, devendo restituir à CONTRATANTE a parcela correspondente ao período de cobertura não usufruído.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

20.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 87 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC;

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

20.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

20.4. Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA, conforme dispõe o §8º, do art. 81 da Lei nº 13.303/2016; e

20.5. As alterações do Contrato serão formalizadas exclusivamente por meio de Termos Aditivos, salvo em se tratando da correção de erro material que será feita por simples apostila.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

21.1. A CONTRATANTE deverá providenciar a publicação deste Instrumento, por extrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura, no Diário Oficial da União (DOU).



Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se vinculam ao Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/[ANO], que implicou a celebração do presente Contrato, bem como à proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA; e

22.2. A minuta do presente Termo de Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da NAV Brasil (PRJU), conforme Parecer nº SEDE-PJU-[ANO]/[NÚMERO], de [DATA].

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Justiça federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir dúvidas ou pendências oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais que seja privilegiado; e

23.2. Assim, por estarem as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, justas e acordadas, lavram e assinam o presente Contrato para um só efeito, o qual após de lido e achado conforme perante duas testemunhas a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica*.

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO

CPF nº [NÚMERO]

Presidente da NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Diretor de [ESPECIFICAR] da NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Diretor de [ESPECIFICAR] da NAV BRASIL





Termo de Contrato nº [NÚMERO]-XX/[ANO]/[NÚMERO] – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/20XX/[NÚMERO]

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Representante da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Testemunha pela NAV BRASIL

[NOME COMPLETO]

CPF nº [NÚMERO]

Testemunha pela [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

